



Superior Tribunal de Justiça

INSTRUÇÃO NORMATIVA STJ/GDG N. 11 DE 9 DE OUTUBRO DE 2020.

Altera a Instrução Normativa STJ/GDG n. 14/2019, que regulamenta o programa de reconhecimento dos servidores do STJ – Valoriza STJ.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo item 16.2, inciso X, alínea “b”, do Manual de Organização do STJ e considerando o que consta do Processo STJ n. 33.224/2017,

RESOLVE:

Art. 1º O § 3º do art. 4º e o art. 8º da [Instrução Normativa STJ/GDG n. 14 de 17 de maio de 2019](#) passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º...

...

§ 3º Os pontos adquiridos terão validade de quatro anos a contar da data da aquisição.

...

Art. 8º Compete à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, em parceria com a SGP e o Centro de Formação e Gestão Judiciária, desenvolver e manter as soluções de TIC necessárias à implantação e execução do programa Valoriza STJ.”

Art. 2º O art. 6º da [Instrução Normativa STJ/GDG n. 14/2019](#) passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 6º ...

...

§ 7º Os servidores poderão solicitar apenas um incentivo por edital.”

Art. 3º O anexo da [Instrução Normativa STJ/GDG n. 14/2019](#) fica atualizado na forma do anexo desta instrução normativa.

Art. 4º Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Marcos Antonio Cavalcante

Anexo
(Art. 3º da Instrução Normativa STJ/GDG n. 11 de 9 de outubro de 2020)

Fontes de Reconhecimento

N.	FONTES DE RECONHECIMENTO	REGRAS	PONTUAÇÃO
1	Aprimoramento contínuo, relacionado às áreas de interesse do Tribunal, decorrente de ações externas de treinamento.	<p>1. Cursos não passíveis de utilização para fins de concessão do adicional de qualificação – AQ por ações de treinamento ou para a percepção da gratificação de atividade de segurança – GAS poderão ser contabilizados a pedido do servidor para o programa Valoriza STJ.</p> <p>2. Caso o curso tenha potencialidade de utilização para AQ, o servidor deverá manifestar expressamente o desejo de utilizá-lo para o programa Valoriza STJ, abdicando do direito de utilizá-lo para o adicional.</p> <p>3. Serão válidos os cursos concluídos nos dois anos anteriores à sua comprovação no programa Valoriza STJ, desde que a conclusão tenha ocorrido após a implantação do programa.</p> <p>4. Comprovação: cópia do certificado.</p>	1 ponto a cada hora/aula
2	Conclusão de cursos de graduação ou de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado), não utilizados para fins de concessão de AQ nem como requisito para ingresso no cargo efetivo.	<p>1. Cursos de graduação, especialização (pós-graduação <i>lato sensu</i>), mestrado, doutorado ou pós-doutorado reconhecidos pelo MEC, não utilizados para fins de concessão do adicional de qualificação – AQ de pós-graduação nem como requisito para ingresso no cargo efetivo, poderão ser contabilizados a pedido do servidor para o programa Valoriza STJ.</p> <p>2. Comprovação: cópia do certificado, no caso de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>, e do diploma, nos casos de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado.</p>	<p>600 pontos por diploma de graduação</p> <p>400 pontos por certificado de especialização</p> <p>800 pontos por diploma de mestrado</p> <p>1.600 pontos por diploma de doutorado ou pós-doutorado</p>
3	Atuação não remunerada em atividades como instrutor interno, tutor, conteudista, desenhista, revisor de conteúdo instrucional, mestre de cerimônias, palestrante, mediador de debates, tradutor, intérprete e organizador de eventos.	<p>1. Atividades não remuneradas no Tribunal que não caracterizem treinamento em serviço poderão ser contabilizadas a pedido do servidor para o programa Valoriza STJ.</p> <p>2. Serão válidas as atividades realizadas nos últimos dois anos a contar da comprovação no programa Valoriza STJ.</p> <p>3. Comprovação: declaração emitida pela unidade responsável pela atividade ou evento, consignando a participação do servidor, a descrição da atividade, data e quantidade de horas, bem como se realizada fora do horário de trabalho.</p>	3 pontos por hora de atividade trabalhada fora do horário de trabalho

N.	FONTES DE RECONHECIMENTO	REGRAS	PONTUAÇÃO
4	Exposição oral no Tribunal de trabalho de conclusão de curso (TCC), dissertação ou tese em temática relacionada/aplicável ao STJ, sob a coordenação do Cefor.	1. Exposição, no Tribunal, de TCC, dissertação ou tese sobre matérias relacionadas ao STJ, explicitando o tema e a data. 2. Serão válidas as exposições realizadas nos dois anos anteriores à sua comprovação no programa Valoriza STJ, desde que a exposição tenha ocorrido após a implantação do programa. 3. Comprovação: declaração emitida pela unidade responsável pela atividade ou evento.	10 pontos por apresentação
5	Publicação de livros relacionados às áreas de interesse do Tribunal.	1. Publicação de livro relacionado às áreas de interesse do Tribunal. 2. Comprovação: exemplar do livro, o qual deverá ser apresentado no Cefor.	100 pontos por livro publicado 50 pontos por livro publicado em coautoria
6	Publicação de artigos relacionados às áreas de interesse do Tribunal, disponibilizados no Beduc	1. Artigo científico publicado em revista especializada ou científica, com autorização para disponibilização irrestrita no Beduc. 2. Comprovação: cópia do artigo	100 pontos por artigo publicado. 50 pontos por artigo publicado em coautoria
7	Apresentação de trabalhos de interesse do Tribunal em congressos e similares.	1. Trabalho de interesse do Tribunal em congressos e similares. 2. Serão aceitas as apresentações de trabalhos realizadas nos dois anos anteriores à sua comprovação no programa Valoriza STJ, desde que sua apresentação tenha ocorrido após a implantação do programa. 3. Comprovação: cópia do certificado ou declaração da apresentação do trabalho.	25 pontos por apresentação
8	Atuação em comissões, comitês ou grupos de trabalho, excluídas as permanentes.	1. Designação para integrar comissão ou grupo de trabalho. 2. Serão válidas as designações formalizadas nos dois anos anteriores à comprovação no programa Valoriza STJ. 3. Comprovação: cópia do ato de designação publicado ou declaração emitida pela unidade responsável.	20 pontos por comissão, comitê ou grupo de trabalho
9	Aquisição e renovação de certificação profissional relacionada às áreas de interesse do Tribunal.	1. Certificação profissional: reconhecimento formal de conhecimentos e competências profissionais obtidos mediante processo avaliativo formal a partir de experiência de vida, de educação e de trabalho, nas áreas de interesse do Tribunal. 2. Serão aceitos os certificados válidos no momento da apresentação do certificado no	25 pontos por certificação obtida

N.	FONTES DE RECONHECIMENTO	REGRAS	PONTUAÇÃO
		programa Valoriza STJ. 3. Comprovação: cópias do certificado e do documento consignando sua vigência.	
10	Atuação como gestor ou fiscal de contrato	1. Atuação como gestor ou fiscal de contrato. 2. Ato formal de designação da unidade responsável. 3. Serão válidas as designações formalizadas nos dois anos anteriores à sua comprovação no programa Valoriza STJ e, no caso de contratos contínuos, nos quatro anos anteriores à sua comprovação, desde que as designações tenham sido formalizadas após a implantação do programa. 4. Comprovação: cópia do ato de designação.	150 pontos para contratos contínuos, limitados ao total de 600 pontos. 50 pontos para os demais contratos, limitados ao total de 250 pontos
11	Atuação como gestor de projetos	1. Atuação como gestor de projeto ou de indicadores.	50 pontos
12	Atuação como gestor de indicadores	2. Serão válidas as designações ocorridas nos dois anos anteriores à comprovação no programa Valoriza STJ. 3. Comprovação: cópia do ato de designação.	25 pontos